

[Digite aqui]

A CONTRIBUIÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA DA DIVERSIFICAÇÃO DA CULTURA DO TABACO NO EMPODERAMENTO DAS MULHERES AGRICULTORAS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

*Roselei Dorni Petry
roseleipetry@gmail.com
Professora Orientadora: M^a Marcia Fuchter*

RESUMO

O artigo apresenta uma abordagem que a força da mulher do campo é de grande relevância para o desenvolvimento econômico e social do Alto Vale do Itajaí, sendo muitas delas responsáveis pelo sustento familiar e pelas diversas atividades agrícolas de suas propriedades. Este artigo teve como objetivo identificar a contribuição do Programa Nacional de Apoio à Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco e sua influência no empoderamento das mulheres do campo na região do Alto Vale do Itajaí. A metodologia utilizada para o para atingir o objetivo foi de cunho descritivo e documental, sendo consultadas as atas da chamada pública da diversificação da cultura do tabaco implementada nos municípios do Alto Vale do Itajaí nos anos de 2013 a 2017. A política contribuiu significativamente para a efetivação da cidadania da mulher rural e no empoderamento feminino mediante a possibilidade da participação em reuniões, seminários, cursos e treinamentos proporcionados, contemplando as temáticas de desigualdades de gênero no meio rural e a cidadania da mulher do campo. A geração de renda no espaço rural através da diversificação da cultura mostrou o posicionamento das mulheres frente aos diversos desafios que elas enfrentam no seu dia a dia para garantir a sobrevivência de sua família, bem como a permanência no campo com qualidade vida. Entre as estratégias de diversificação estão a pecuária leiteira, produção de hortaliças, fruticultura, produção de massas (padarias e confeitaria) ou novos pequenos empreendimentos de agroindústrias caseiras ou até mesmo na área de turismo rural, pequenos restaurantes e hospedagens com café colonial.

Palavras-chave: Empoderamento. Mulheres do Campo. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Entender a dinâmica do empoderamento feminino pela perspectiva da construção ações de desenvolvimento econômico, social e sustentável perpassa pelo acesso às políticas públicas. Por meio dessas ações foi possível identificar como as mulheres se apoderaram frente às suas necessidades muitas vezes de sobrevivência, e por outro lado uma maneira de marcar território e ocupar o seu espaço como mulher e cidadã.

[Digite aqui]

A região do Alto Vale do Itajaí localizada no centro do Estado de Santa Catarina ocupa uma área de 7.514 km² (cerca de 7% da área total do Estado). Abriga 28 pequenas e médias cidades onde prevalecem pequenas propriedades agrícolas, de 10 a 30 hectares, predominando a prática da agricultura familiar. Destaca-se nessa região a produção de cebola, fumo, arroz, milho, leite, suínos e frangos. Apresenta-se como uma região de relevante importância econômica e com significativo potencial hídrico e topográfico. A atividade rural na região envolve 43 mil produtores, os quais a maioria é ligada a monocultura do tabaco. (Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí-(AMAVI). Diante dos inúmeros desafios econômicos ligados a agricultura familiar e a produção de tabaco como: dificuldade de mão de obra para a realização dos trabalhos já que os jovens não querem mais se envolver nestas atividades, utilização excessiva de agrotóxicos e defensivos agrícolas, sucessão das propriedades postas a agricultura familiar, desenvolveu-se nestas propriedades a necessidade de auto sustentabilidade, propondo aos agricultores a diversificação da produção.

Este artigo procura demonstrar que através do acesso ao Programa Nacional de Apoio à Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco, sob a coordenação do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário as mulheres agricultoras do Alto Vale do Itajaí foram empoderadas, visto que, a participação das mulheres agricultoras foi fundamental no desenvolvimento desse instrumento, pelo qual o governo assumiu o compromisso de amparar os agricultores que, em consequência de uma provável redução no consumo (interno e externo), possam vir a ser prejudicados. Buscando incentivar esta diversificação da produção, bem como construir possibilidades às famílias novas alternativas de renda, garantindo entre outros aspectos que esta pequena propriedade fosse viável tanto do ponto de vista econômico, como social e ambiental.

Neste sentido a política pública implementada teve como exigência para a caracterização do público beneficiário que fosse de no mínimo 50 por cento de mulheres e jovens. Desta forma a política proporcionou às mulheres rurais inseridas neste contexto que as mesmas tivessem a garantia do acesso ao programa nacional da diversificação da cultura do tabaco.

Para elaboração desta pesquisa e alcance do objetivo proposto foi utilizada a pesquisa documental. Segundo Sá-Silva, Almeida, Guindani (2009) o uso de

[Digite aqui]

documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida, e a técnica para interpretar os resultados consistiu na análise do conteúdo. Sendo assim, a pesquisa realizada foi através do levantamento de dados e informações em documentos e relatórios das políticas públicas aplicadas na região do Alto Vale do Itajaí, e também o relatório do Programa Nacional de Diversificação da Cultura do Tabaco.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A base de desenvolvimento desse trabalho está na importância da implementação de políticas públicas e na contribuição destas ao empoderamento feminino através dessas ações, percebe-se a relevância da conceituação do termo políticas públicas:

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (TEIXEIRA, 2009, p. 2)

A política pública desenvolvida para possibilitar a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas no projeto supracitado, principalmente no que tange a questão da saúde dos envolvidos, bem como a geração de renda com novas possibilidades. Ainda segundo Teixeira (2009) entendemos que as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis e a partir disso com o advento Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT):

[...] que tratou de ações a serem adotadas pelos países signatários visando “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco” (CQCT, art. 3º), também se preocupou com as consequências destas medidas sobre os produtores de fumo. No artigo 17 da CQCT determina-se que “as Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes

[Digite aqui]

promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores e os cultivadores” (BONATO 2013, p.5)

Por esta razão o governo brasileiro através do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, ficou o responsável por esta demanda junto aos produtores de tabaco da nossa nação e propuseram a ampliação e efetivação direitos de cada cidadão, através das reivindicações pela sociedade civil organizada e que passam a ser reconhecidos institucionalmente, que mesmo hegemônicos são necessárias para regular conflitos entre os diversos atores sociais que têm contradições de interesses e que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação. O papel dos governos bem como os objetivos das políticas públicas elaboradas para este fim, têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder.

3.1 EMPODERAMENTO FEMININO

Seguindo no objetivo do trabalho na percepção do empoderamento das mulheres agricultoras, vê-se a importância da conceituação de “poder”.

Sobre o poder, Foucault (1979,p. 10) em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas"). Empoderamento das mulheres do campo da região do Alto Vale do Itajaí, pela relação empreendedora que as mulheres do campo exercem na condução de muitos papéis por elas desenvolvidas e como elas se apropriam do empoderamento na tomada de decisões e na condução destes diversos papéis na sociedade.

Segundo Friedmann (1996, p. VIII) empoderamento “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável-UNIDAVI-FUMDES

[Digite aqui]

aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Ele aponta três tipos de empoderamento, importantes para as unidades domésticas: o social, o político e o psicológico. O social refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Prevê o acesso à instituições e serviços e capacidade de influência à nível público. O político diz respeito ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva que importa; significa maior participação no âmbito político inclusive o acesso a ocupar cargos de representação e direção. O psicológico ou pessoal inicia com o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal; envolve autoestima e autoconfiança; ter controle sobre a sua própria sexualidade, sobre a reprodução e sobre a sua segurança pessoal; decorre da consciência individual de força. Por isso, o “empoderamento” é indicado como passo inicial de um processo mais amplo de conquista da cidadania, do reconhecimento do feminino, da mulher empreendedora, da escolha pela maternidade e da valorização pelas suas próprias escolhas na sociedade.

Conforme Freire (1997) a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua vida inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência. A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança por mais bem-intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação - ninguém se liberta sozinho-, também não é libertação de uns feitas por outras.

3.2 MULHERES EMPODERADAS: QUEM SÃO ELAS?

As discussões sobre as mulheres são sempre atuais, significativas, relevantes e históricas. Nesta perspectiva, mantém-se o paradoxo entre o velho e o novo, pois a mulher faz parte de um contexto social que em certa medida, tende ao

[Digite aqui]

conservadorismo de suas relações, muito embora, nas últimas décadas, tenha se observado maior dinamismo na articulação de novas ideias.

Segundo Perrot (2017) “As mulheres não são passivas nem submissas. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, nas próprias fábricas, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência hierárquica, à disciplina-que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço”.

LISBOA (2003) em seu artigo: O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais _ “O movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos. O termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência. Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é pré-condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações. Os estudos feministas partem do pressuposto que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero. O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe 3 desigualdades entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Para se empoderar, as mulheres devem melhorar a auto percepção que tem sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação a submissão e despertar para os seus direitos”.

[Digite aqui]

Garcia e Júnior (2002) em seu artigo: Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: “No rural brasileiro as diferentes frentes articuladas sob a bandeira da Luta pela Terra e a Reforma Agrária, agrupam uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras que lutam contra um destino social de exclusão (Martins, 2000). Na exploração da classe trabalhadora a opressão tem lugar por meio de um processo continuado de apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital. Mas a injustiça da divisão em classes da sociedade produtora de mercadorias, não radica só no fato distributivo de que “os menos tem o mais”. A exploração determina também as relações sociais estruturais entre as classes. As regras sociais a respeito do que é trabalho, quem faz o que e para quem, como é recompensado e qual é o processo social pelo que as pessoas se apropriam dos seus resultados, operam para determinadas relações de poder e desigualdade. O conflito no campo é a luta de classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais despossuídos dos meios de produção e desnecessários para um sistema econômico e social que coisifica as relações humanas, mercantilizando-as.

O cenário no qual se inserem essas trabalhadoras e trabalhadores, tem como base fundante a concentração da terra, do capital e da renda, e a precarização das relações de trabalho. Hoje no Brasil, as desigualdades sociais do campo, fruto da concentração fundiária e da modernização seletiva da agricultura, somam-se segmentos sociais da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes,1999), que nas cidades sofrem as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho e que vivem a desqualificação, precarização e informalização assim como a despossessão ou o desemprego em massa (Thomaz Jr., 2001).

Focando as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra, em condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, é importante destacar que estas se enfrentam com opressões diferenciadas às dos seus companheiros. A opressão de gênero dificulta, e muito comumente impossibilita, a plena participação das trabalhadoras, na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que como classe a mulher é explorada igual que seus companheiros de luta, no entanto de forma desigual. O capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho, e à mulher, longe de emancipá-la a explorar mais ferozmente. Assim as mulheres

[Digite aqui]

assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens.

A subvalorização da sua participação nas atividades produtivas, implica remuneração inferior para as mesmas atividades. Mostra disto é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos são inferiores a recebida pelo trabalhador que desempenha a mesma atividade durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no seu cotidiano. A infra valoração do trabalho da mulher é algo que continua fortemente arraigado na sociedade ocidental, tanto nos espaços urbanos e rurais, quanto nos territórios da luta. Independentemente das conquistas de cunho feminista e trabalhista logradas durante décadas de luta atendemos hoje, ao incremento da precarização e informalidade nas relações de trabalho concomitante ao incremento da participação da mulher no mercado de trabalho.

4 O PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DA CULTURA DO TABACO ALTO VALE DO ITAJAÍ

4.1 ORIGEM E CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

Em 2013 foram contratadas empresas de Ater-Assistência Técnica e Extensão Rural, organizações não governamentais, cooperativas, universidades, prefeituras, com repasse de recursos financeiros e acompanhamento técnico para a implementação de projetos na área de pesquisa, capacitação e projetos de assistência técnica e extensão rural.

A seleção das instituições se deu por meio de Chamadas Públicas de Projetos, onde foi analisada a qualificação técnica, a partir dos princípios, diretrizes e orientações metodológicas previstas na Política Nacional de Ater (Pnater) e no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.No caso na região do alto Vale denominado o Lote 6 da chamada pública, foi a COOPERTEC-Cooperativa Central de Tecnologia Desenvolvimento e informação de Chapecó que operacionalizou o programa com a contratação de 09 técnicos e um coordenador para os 10 municípios contemplados do alto Vale do Itajaí. Outro ponto relevante

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável-UNIDAVI-FUMDES

[Digite aqui]

considerado nas amostragens foi a diversidade de realidade em cada região, conforme avaliação da entidade executora-Coopertec que executou as etapas no alto Vale do Itajaí. Observou-se ausência de informações relevantes sobre a produção e renda ou até mesmo ausência nos valores de produção de fumo quando outros indicadores, ou de valores de comercialização de leite quando o rebanho leiteiro é significativo.

As informações levantadas pelas entidades nesta chamada pública para diversificação, por meio dos diagnósticos, evidenciam a situação das famílias beneficiárias, assim como seus meios de vida, e gargalos na produção, comercialização, e acesso às políticas públicas. Estas informações são úteis para identificar alternativas de diversificação da produção e renda na agricultura familiar, ampliando as 6 oportunidades das famílias para a inclusão produtiva, superação da pobreza rural, e alcance da sustentabilidade, com qualidade de vida... (além de) medir a efetividade dos serviços contratados via chamada de Ater e contribuir para formatar estratégias para a integração das políticas públicas existentes para a agricultura familiar". (MDA/SAF/DATER,2013,p5)

Foram realizadas várias amostragens dos principais municípios produtores de tabaco do alto Vale do Itajaí. Em torno de 30% dos diagnósticos efetivamente realizados, considerando os principais municípios produtores de fumo com significativa presença da agricultura familiar com a participação principalmente das mulheres e jovens.

A estratégia de apostar na diversificação, apoiada pelas organizações de representação dos agricultores e pelo parlamento nacional, foi assumida publicamente por cinco Ministérios (Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Saúde, Casa Civil e Fazenda). O Programa de Apoio à Diversificação tem por objetivo fundamental articular um conjunto de políticas e programas que promovam processos de diversificação, como forma fundamental de reduzir a dependência e garantir a autonomia dos agricultores. No entanto, a Secretaria da Agricultura Familiar, onde se situa a operacionalização do Programa, transformou a política de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural no eixo central de implementação do Programa.

4.2 ETAPAS

Para implementar o Programa, foram firmadas parcerias com organizações governamentais, não governamentais e sociedade civil que viabilizam a execução dos projetos de assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa. Sua

[Digite aqui]

gestão foi coletiva e realizada pelas instituições que compõem a Rede Temática da Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora.

As etapas foram desenvolvidas por uma equipe de ATER-Assistência técnica e extensão rural através das chamadas públicas foi a forma utilizada para implementar esta política pública. O trabalho aconteceu através de visitas na propriedades dos agricultores familiares com levantamento de informações do sistema produtivo, econômicas, sociais e ambientais e da realidade de cada unidade.

Este diagnóstico inicial teve como base a medição da real situação das famílias envolvidas. Neste levantamento foram levados em consideração vários critérios como: área de terra, renda bruta, renda proveniente do fumo, grau de dependência do fumo sobre a renda total, grau de diversificação da Leite produção e a diversidade advindo de outras alternativas como por ex: Produção de e derivados, hortaliças, artesanato, panificação, confeitaria e até atividades de turismo rural etc.

Em cada critério buscou se analisar os diversos aspectos que dizem respeito à vida e ao trabalho das famílias, de acordo com as informações disponíveis no diagnóstico. Desta forma, em cada uma destas questões considerou-se, conforme o caso, os seguintes elementos para análise: a composição familiar (total de pessoas, homens e mulheres, média de pessoas por unidade, média de idade, e participação das pessoas por faixa etária); a relação com a produção de fumo (produtores e não produtores); as faixas de renda agrícola bruta total; a renda obtida com o fumo; a importância da renda do fumo sobre a renda total; os diferentes sistemas de produção; a posse de equipamentos; a presença de produção pecuária; as práticas agrícolas utilizadas; as rendas não agrícolas e o acesso às políticas públicas.

As informações coletadas em cada diagnóstico realizado com as famílias, tiveram como objetivo principal o cruzamento dessas informações e observar os aspectos que potencializam ou dificultam a diversificação.

Conforme análise dos dados, foi importante a consideração da diversificação na sua concepção mais ampla, que implica em diversidade de produtos produzidos, de fontes de renda, de estratégia na relação com o processo de trabalho e com o mercado, com os dados disponíveis por meio do diagnóstico, a análise ficará mais restrita à diversidade produtiva e de fontes de renda.

4.3 AÇÕES

[Digite aqui]

Foram realizadas diversas ações conforme previsto na chamada pública da diversificação da cultura do tabaco como: Reuniões de sensibilização, cursos, treinamentos, seminários, formações e capacitações da equipe técnica, dias de campo, seminários regionais, visitas técnicas in loco, viagens técnicas, intercâmbio técnico e ao final um seminário regional para o fechamento das metas e a reunião das diversas famílias envolvidas dos 10 municípios do alto Vale e o município escolhido para tal atividade foi o município de Rio do Oeste.

No decorrer da realização das diversas etapas foram realizadas várias atividades e cursos como: Produção de pastagens para a produção de leite, agroecologia e produção de orgânicos, produção de ovos caipira, panificação e confeitaria, turismo rural, criação de galinha caipira, produção de aipim entre outras sempre escolhidas conforme a demanda e a necessidade dos beneficiários.

A participação das mulheres nestas atividades foi de grande relevância, garantindo a implementação em suas propriedades.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

A Região do Alto Vale do Itajaí, onde a chamada pública da diversificação do tabaco foi desenvolvida contemplou os seguintes municípios; Agronômica, Chapadão do Lageado, Ituporanga, Rio do Campo, Rio do Oeste, Taió e Vitor Meireles, Imbuia, Vidal Ramos.

A Entidade executora foi a COOPERTEC, cooperativa vinculada ao Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, com base em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para efeitos do estudo foram selecionados aleatoriamente diagnósticos de sete municípios. Em quantidade de habitantes, os dois maiores municípios são Ituporanga (22.250 habitantes) e Taió (17.260 habitantes). Todos os demais têm menos de 10 mil habitantes, sendo Chapadão do Lageado o menor de todos (2.762 habitantes). A maioria destes municípios tem uma baixa densidade demográfica (abaixo de 30 habitantes/km²), sendo a maior em Ituporanga (66 hab./km²), seguida por Imbuia (46,8 hab./km²). Apenas dois municípios têm mais da metade da população vivendo na área urbana: Ituporanga (66,6%) e Taió (57,7%).

Em toda essa região, os estabelecimentos da agricultura familiar são mais de 8 mil, grande parte deles produtores de fumo. Em termos de produção de fumo, os

[Digite aqui]

dez municípios produziram, segundo os dados do IBGE para 2010, quase 46 mil toneladas, o que representa 6% de toda a produção nacional de fumo e 18% da produção de Santa Catarina. Todos os municípios aumentaram a sua produção em relação ao ano de 2000, quando o Brasil passou a aumentar a produção em função dos aumentos das exportações. Comparada com a produção de 2005, houve, em 2010, uma estabilidade na produção, com pequenos aumentos ou recuos. Mas, o que mais chama a atenção é a diferença na dependência do fumo no conjunto da economia agrícola dos municípios. Enquanto para alguns, como Ituporanga e Taió, os dois 25 municípios mais industrializados e urbanizados, a dependência é menor de 40%. Mas em muitos outros, como Vidal Ramos, Chapadão do Lageado, Vitor Meireles e Agrônômica, a dependência é superior a 60%.

Em relação ao desenvolvimento humano (IDH), todos os municípios têm índice municipal abaixo da média estadual (que é de 0,774). Mas, quase todos têm IDH superior a 0,700, o que pode ser considerado um desenvolvimento razoável. Apenas Vitor Meireles tem IDH de 0,673 e Vidal Ramos com 0,700 são os menos desenvolvidos. Mas, o que aumenta o IDH é o item saúde (expectativa de vida ao nascer), que é superior a 0,800 em todos os municípios. E a educação (medida pela frequência escolar nas várias faixas de idade) é o que puxa para baixo, com alguns municípios abaixo do índice 0,600 (em Vitor Meireles é de 0,522). E, por fim, a política pública do Pronaf (dados do ano fiscal de 2010), apesar de se tratar de uma região fumageira, no Vale do Itajaí, está bem massificada. Em apenas três municípios menos de 40% tiveram acesso ao Pronaf Custeio não é a falta de política pública que impede ou dificulta processos, mas como ela é aplicada e direcionada. O acesso é mal distribuído, apenas de serem municípios vizinhos. Em Imbuia e Rio do Oeste, os contratos de custeio representam, respectivamente, 86% e 92% do total de agricultores familiares. O Pronaf Investimento tem uma distribuição mais desigual. Em Agrônômica e Taió os contratos de 2010 representam menos de 20% da quantidade de agricultores familiares e em Imbuia representa mais de 60%. Os valores para custeio são relativamente altos, variando entre R\$ 8 mil e R\$ 15 mil na média por município. Já os valores para investimento ficam entre R\$ 19 mil e R\$ 27 mil.

3.4 CONTRIBUIÇÕES AO EMPODERAMENTO FEMININO

[Digite aqui]

No geral, o acesso às políticas públicas guarda certa relação com a renda que a família obtém. Políticas sociais tendem a ser mais acessadas por famílias de menor renda, o que ocorre em relação ao Programa de Combate à Pobreza (Bolsa Família), à qual acessam 10,4% das famílias com renda de até R\$ 30 mil. O Programa de Habitação Rural, provavelmente para construção de casa nova, é acessado por 10,7% destas famílias já as políticas mais econômicas, como é o caso do Pronaf, são mais acessadas pelas famílias de maior renda. O Pronaf Investimento chega a 56,6% das famílias com renda superior a R\$ 75 mil, sendo que 39,3% das famílias de menor renda têm acesso a ele. O acesso ao Pronaf Custeio é semelhante. Os Programas de compras institucionais, pela forte característica social que possuem (tanto que todos têm um limite de valor), estão um pouco mais presentes entre as famílias de menor renda, mas é uma presença limitada (pouco mais de 5% das famílias com renda menor de R\$ 30 mil participam destes programas).

As Mulheres agricultoras e a diversificação pode ser compreendida de diferentes formas, desde a diversificação da renda agrícola, a diversificação das fontes de renda, a diversificação da produção, incluindo o autoconsumo e a diversificação dos meios de vida. Pela abrangência dos aspectos que contempla, consideramos que a análise a partir dos meios de vida para compreender o conceito e a importância da diversificação é a mais adequada. No entanto, como este estudo tem por base um instrumental previamente determinado e sobre o qual não houve qualquer possibilidade de interferência, será preciso se adequar não apenas ao instrumental de coleta de informações, mas também às informações efetivamente coletadas de uma forma generalizada. Desta forma, o conceito de diversificação será restrito apenas àquela relacionada à receita agrícola, pois as fontes de rendas não agrícolas estão muito imprecisas. Mesmo assim, há inúmeras formas e critérios para definir o grau de diversificação da renda agrícola.

Segundo dados colhidos no relatório da Chamada Pública para Seleção de Entidade Executora de Assistência Técnica e Extensão Rural para Municípios Fumicultores dos Estados do Sul e Nordeste, os critérios que aqui foram adotados, de uma forma bastante empírica, foram os seguintes: a) NENHUMA Diversificação: quando a receita agrícola com fumo representa 100% da receita total. b) Diversificação MUITO BAIXA: quando a receita agrícola com fumo representa mais

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável-UNIDAVI-FUMDES

[Digite aqui]

de 90% (e menos de 100%), tendo apenas mais um produto gerador de renda ou tendo mais um terceiro produto que represente menos de 3% da receita total. c) Diversificação BAIXA: quando o fumo representa mais de 90% da receita total e há outros dois produtos que representam, cada um, mais de 3% da receita total. E quando a receita do fumo é entre 75% a 90% da receita total, com um único produto respondendo pelo restante da receita. d) Diversificação MÉDIA: quando a receita agrícola com fumo responde por 75% a 90% da receita total e, pelo menos, dois outros produtos, com receita superior a 5% do total, responde pelo restante. E quando o fumo responde por 50% a 75% da receita total, e outros representam o restante, desde que a partir do terceiro signifique menos de 5%. E quando o fumo representa entre 30% e 50% ou menos que 30% da receita e há apenas outro produto que gera receita. e) Diversificação BOA: quando o fumo responde por menos de 75% da receita total e, no mínimo, haja mais outros dois produtos geradores de renda, sendo o que o terceiro produto contribua com mais de 5% na composição da renda.

Como nos outros aspectos que foram comparados, a relação de gênero em termos quantitativos não tem nenhuma relação se a família diversificou ou não a produção. As mulheres são minoria em todas as situações. Já, na mesma lógica da participação do fumo na renda total, quanto maior a diversificação maior é a quantidade de pessoas por família, sendo de 3,3 pessoas onde não há diversificação e de 3,6 pessoas onde a diversificação é boa. A idade média das pessoas maiores de 14 anos é muito parecida nos diferentes níveis de diversificação, mas levemente mais baixa onde há pouca ou nenhuma diversificação.

Entre os sistemas de produção que tiveram um maior quantitativo de famílias e que se apresenta com um nível bom de diversificação está o sistema fumo e leite e, que, na maioria das famílias se articula ainda com outros produtos de áreas como costuras (facções, malharias), panificação e confeitaria, artesanato e o turismo rural, normalmente chefiado e com a liderança das mulheres, que procuram uma maior diversidade de renda, em como a possibilidade de autonomia e independência financeira, já que a renda obtida dessas atividades pode pertencer a elas.

Os programas de inclusão social e de reforço da cidadania (habitação rural e energia elétrica) têm um peso relativamente grande e atingem de forma muito

[Digite aqui]

parecida as agricultoras de todos os sistemas. O acesso diferenciado por estado tem a ver com a demanda por tais políticas e, sobretudo, em função da intervenção das organizações (sindicatos, cooperativas e órgãos de assistência técnica) que as intermediam. Ainda segundo o relatório supracitado, os dois programas que tem relação direta com a diversificação produtiva – o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para Doação) e o PNAE (Programa de Compra de Alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar) – têm conseguido dialogar com alguns sistemas de produção, particularmente com o sistema “fumo e produção intensiva”, através do PAA (19,3%) e do PNAE (14,5%), com o fornecimento de hortaliças e frutas e com o sistema “fumo e agregação de valor”, por meio do PAA (12,5%) e do PNAE (43,8%), sendo que a produção de panificados cumpre uma função importante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda existem grandes diferenças nas questões de gênero, embora houveram muitos avanços na história da humanidade, ao custo de muitas mulheres que sacrificaram em prol desta evolução. Mas as Mulheres continuam nesta constante busca, pela luta de um ideal de igualdade de gêneros e conquista dos seus espaços. Portanto percebe se que muitas delas empoderam se de forma que haja uma igualdade de direitos em todos os sentidos. Tanto na questão da sucessão das propriedades familiares que culturalmente só era de direito dos homens, como da apropriação da terra, dos empreendimentos e da luta pela sobrevivência. Conclui se ainda que existem grandes diferenças, quando se trata do acesso aos direitos das mulheres. As mulheres rurais que mais sofrem o acesso a cidadania no mundo rural brasileiro, podem ser caracterizadas a partir da reunião de subcategorias da agricultura familiar, pequenas produtoras, minifúndios, assentamentos e agricultores familiares com acesso precário à terra.

Apesar de todos esses desafios, percebeu se com a pesquisa que as mulheres do campo empoderam se cada vez. Na medida que tenham mais acesso e novas oportunidades, como foi o caso da chamada pública da diversificação da cultura do tabaco, onde as mesmas tiveram oportunidade de participar das diversas etapas, principalmente das formações e capacitações técnicas, possibilitando um grande avanço na visão de mundo das mesmas e ao mesmo tempo avançando em

[Digite aqui]

questões históricas. A ocupação de um novo espaço rural capitaneados por elas, despertando novas lideranças femininas e tomando a frente no desenvolvimento econômico e social do alto vale do Itajaí.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.

FRIEDMAN, John. **Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras, Celta, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MDA – **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Chamada Pública para Seleção de Entidade Executora de Assistência Técnica e Extensão Rural para Municípios Fumicultores dos Estados do Sul e Nordeste. Setembro de 2011.

LÉON, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. Bogotá: Tercer Mundo, 1997. FONTANELLA, et al. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(2):389-394, fev, 2011.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo Gênero 8- Corpo, violência e poder. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. Brasil, Rev. Ecn. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2012.

OLIVEIRA, A. L. De. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária**. Dissertação de (Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 332 p. (Coleção Oficinas da História).

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

[Digite aqui]

PRÁ, J. R; EPPING, L. **Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009. www.rbhcs.com. ISSN: 2175-3423. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em 01/06/2019.

SALES, C. de M. V. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas © 2002 - O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA.